b) Avaliação curricular — o júri terá em conta a experiência profissional, a classificação de serviço, os cursos de formação e acções desenvolvidas pelos candidatos no âmbito da actividade.

11.1 — Ambos os métodos de selecção serão classificados numa escala de 0 a 20 valores, sendo a ordenação dos candidatos feita de acordo com a classificação final dos métodos de selecção, através da média aritmética simples com a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(3)PPC + (2)AC}{5}$$

em que:

CF — classificação final;
PPC — prova prática de conhecimentos;
AC — avaliação curricular.

12 — Relação de candidatos e lista de classificação final — de conformidade com o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) A relação dos candidatos admitidos será afixada no edifício dos Paços do Município, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 33.º;
 b) Os candidatos excluídos serão notificados de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 34.º;
 c) A lista de classificação final será notificada aos candidatos de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 40.º

13 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente do júri — Vice-presidente da Câmara, Manuel Guerreiro da Palma.

Vogais efectivos:

Técnico superior de 2.ª classe engenheiro Alexandre Luís Bernardino Messias Gomes.

Operário qualificado principal — electricista Joaquim António Nobre.

Vogais suplentes:

Técnico superior de 1.ª classe engenheiro civil Rui Pedro Figueiredo Martins Figueira.

Técnica superior de 1.ª classe da área de recursos humanos Dr.ª Helena Camacho Gonçalves Guerreiro.

Vogal que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos — vereadora Dr.ª Maria Sílvia Rebelo Felícia Baptista.

28 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Messias do Rosário Sebastião*.

2611027774

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTER DO CHÃO

Aviso n.º 12 431/2007

Nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e do n.º 3 do artigo 74.º da já mencionada lei, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cessa a comissão de serviço de João Manuel Buxo Marques, canalizador operário principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Alter do Chão, o qual tinha sido nomeado para exercer funções na qualidade de secretário no Gabinete de Apoio Pessoal do Vereador em Regime de Permanência, com efeitos a partir do dia 7 de Março de 2007.

7 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joviano Martins Vitorino*.

2611027718

Aviso (extracto) n.º 12 432/2007

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 73.º, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeio em comissão de serviço, para integrar o Gabinete de Apoio Pessoal do Vereador a Tempo Inteiro João Manuel Laureano Martins, na qualidade de secretário, o funcionário do quadro privativo desta Câmara Municipal canalizador principal João Manuel Buxo Marques, com efeitos a partir de 12 de Março de 2007.

31 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joviano Martins Vitorino*.

2611027723

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

Aviso n.º 12 433/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, de acordo com os meus despachos de 1 de Março de 2007 tomados no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foram renovadas por mais três anos as comissões de serviço dos funcionários abaixo mencionados:

Carlos Alberto Pereira Cosme, chefe de divisão de Vias Municipais — renovada a comissão de serviço até 12 de Maio de 2010.

José Carlos Morais Pinto Cardoso, chefe de divisão de Equipamentos e Oficinas — renovada a comissão de serviço até 26 de Maio de 2010.

Adelino da Silva Neves, chefe de divisão de Estudos e Planeamento — renovada a comissão de serviço até 26 de Maio de 2010.

5 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Litério Augusto Marques*.

2611027727

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL

Aviso n.º 12 434/2007

Ricardo João Barata Pereira Alves, presidente da Câmara Municipal de Arganil, faz público, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que cessou, por acordo, a partir de 25 de Junho de 2007, inclusive, o contrato de trabalho com termo resolutivo certo, a tempo parcial, celebrado entre esta autarquia e a colaboradora Maria Paula das Neves Nunes dos Santos, auxiliar de acção educativa.

28 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Pereira Alves*.

2611027744

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS

Aviso n.º 12 435/2007

1 — Nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e de acordo com o meu despacho de 19 de Junho de 2007, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de auxiliar administrativo, do grupo de pessoal auxiliar (escala 1, índice 128), com o vencimento de € 418,24.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3 — Legislação aplicável — ao presente concurso são aplicáveis as regras constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — O concurso destina-se aos referidos lugares vagos existentes e cessa com o seu preenchimento.

5 — Local de trabalho — Divisão Sócio-Cultural e Sector de Informática/Arruda dos Vinhos.

6 — São admitidos a concurso os candidatos que satisfaçam até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas os requisitos gerais e especiais de admissão.

6.1 — São requisitos gerais de admissão os constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo (escolaridade obrigatória);

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais de admissão — possuir a escolaridade obrigatória, conforme a idade.

7 — Conteúdo funcional — descrito no despacho SEALOT n.º 4/89, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 6 de Abril de 1989, respectivamente.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão a prova escrita de conhecimentos teóricos e a entrevista profissional de selecção.

8.1 — A prova escrita de conhecimentos teóricos será pontuada na escala de 0 a 20 valores e versará sobre a seguinte matéria:

Constituição da República;

Carta Deontológica do Serviço Público (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 64, de 17 de Março de 1993);

Decreto-Lei n.º 24/84, de 6 de Setembro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio;

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, com a alteração do Decreto-Lei n.º 25/98, de 26 de Maio;

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro.

8.2 — Entrevista profissional — serão avaliadas, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as capacidades e aptidões do candidato com o perfil de exigências das funções, onde serão ponderados os seguintes factores:

EPS = entrevista profissional de selecção;

CL = capacidade de liderança;

QPC = qualificação e perfil para o cargo;

CECV = capacidade de expressão e compreensão verbal;

SR = sentido de responsabilidade;

CRP = capacidade de relacionamento humano.

$$EPS = \frac{CL + QPC + CECV + SR + CRP}{5}$$

9 — Classificação final — será traduzida na escala de 0 a 20 valores e resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PECT + EPS}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

PECT = prova escrita de conhecimentos teóricos;

EPS = entrevista profissional de selecção.

10 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, devendo conter os seguintes elementos de identificação: nome completo, estado civil, profissão, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, número fiscal de contribuinte, número e data do bilhete de identidade e arquivo de identificação que o emitiu.

11 — É dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos para admissão a concurso a que se referem as alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 6.1, devendo os candidatos declarar nos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa que se encontram relativamente a cada uma dessas alíneas.

11.1 — O disposto no número anterior não impede que seja exigida aos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descrevem, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

12 — Juntamente com o requerimento, os candidatos deverão obrigatoriamente apresentar, sob pena de exclusão:

- Certificado de habilitações literárias ou fotocópia autenticada;
- Fotocópia do bilhete de identidade e de contribuinte fiscal.

13 — O júri do concurso será constituído por:

Presidente — Sérgio Manuel do Vale Carvalho, psicólogo principal.
Vogais efectivos:

Cláudia Alexandre Alves Murtinheira Jaleco, técnica superior de comunicação de 2.ª classe, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Natália Lopes Fernandes, técnica superior (área de desenvolvimento) de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Adília Maria Rosa Fernandes Silva, assistente administrativa especialista.

Florbela Rosa Oliveira Cachapa, técnica profissional de secretaria especialista.

14 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação e da entrevista profissional de selecção, assim como do sistema de classificação final, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15 — A lista de candidatos bem como as listas classificativas serão publicadas no *Diário da República* ou afixadas do átrio do Edifício dos Paços do Município, conforme o número de candidatos.

Em cumprimento da alínea h) do artigo da 9.ª da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

26 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*.

2611027804

Aviso n.º 12 436/2007

Licença sem vencimento

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do signatário de 26 de Junho de 2007, foi concedida licença sem vencimento pelo período de um ano, renovável até três anos, nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao funcionário Jorge Rafael Rosa Martins Torcato, cantoneiro de vias, a partir do dia 3 de Julho de 2007.

27 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*.

2611027794

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aviso n.º 12 437/2007

Operação de loteamento — Discussão pública

Élio Manuel Delgado da Maia, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, faz público que, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra aberta a discussão pública, conforme preceitua o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, pelo período de 15 dias após a publicação no *Diário da República*, referente ao processo de obras n.º 229/1998, requerida por Daniel Jesus Loureiro, L.ª, com morada na Rua da Floresta, 242, freguesia de Carapinhos, relativa à alteração do loteamento sito junto à Estrada Nacional n.º 335, freguesia de Aradas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Aveiro sob o n.º 03122/200201, da respectiva freguesia, com a área total de 21 109,80 m².

As alterações dizem respeito ao seguinte:

Arranjos exteriores, devido a um problema de cotas entre o edificio do lote 1 e o arruamento;

O lote 6 passou de 8 fogos para 6 fogos mais um hotel;

O lote 7 passou de 8 fogos para 14 fogos;

O lote 10 passou de 16 fogos para 20 fogos;

Alteração no número de estacionamento do lote 18;

Rectificação das áreas de implantação e construção do lote 19.

O processo de loteamento pode ser consultado todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, no Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares desta Câmara Municipal.

As reclamações, observações e sugestões que os interessados entendam apresentar sobre o referido loteamento/emparcelamento deverão ser feitas por escrito e com a identificação completa do seu subscritor em folhas de papel formato A4, contendo os assuntos bem especificados, as quais deverão ser entregues ou remetidas por correio, sob registo, na Câmara Municipal.

Para conhecimento geral se publica o seguinte aviso e outros de teor, que vão ser afixados nos locais de estílo.

E eu, *Aurora da Conceição Marques Maçarico*, Directora do Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares, o subscrevi.

25 de Maio de 2007. — (*Assinatura ilegível*.)

2611027766